

## CAMPONESES DOS SERTÕES DE CRATEÚS: A SECA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Monyse Ravenna de Sousa Barros<sup>1</sup>

**Resumo:** “A Diocese de Crateús é um dos principais lugares sociorreligiosos do Brasil”, é assim que Michael Lowy, um dos mais reconhecidos estudiosos da teologia da libertação, sua história e atualidade nomeia esse território no sertão cearense. Em diversos relatos, camponeses, religiosos, sindicalistas pintam o retrato da vida do povo com quem conviviam diariamente e nos dão uma amostra da conjuntura daquele período que discutiremos nesse artigo. Usamos largamente as fontes impressas como por exemplo o jornal O Roceiro relata que apesar de lançado somente em 1988 resgata relatos de períodos anteriores como na seca de 1970 em que o povo do campo foi para as cidades deixando as ruas cheias de pessoas famintas ou o relato dos saques na cidade de Parambu também em 1970 onde os trabalhadores rurais forçaram a porta de um Armazém onde eram guardados gêneros alimentícios que deveriam ser distribuídos na situação de calamidade pública e não eram.

**Palavras-chave:** Crateús. Teologia da Libertação. Camponeses. Religião.

## PEASANTS FROM THE CRATEÚS: THE DROUGHT AND THE EXPLOITATION OF LABOR

**Abstract:** "The Diocese of Crateús is one of the main socio-religious places in Brazil," is how Michael Lowy, one of the most recognized scholars of liberation theology, its history and actuality names this territory in the sertão of Ceará. In several accounts, peasants, religious people, and unionists paint a portrait of the life of the people with whom they lived daily and give us a sample of the conjuncture of that period that we will discuss in this article. We largely used printed sources such as the newspaper O Roceiro, which, despite being released only in 1988, rescues reports of previous periods such as the drought of 1970 in which the people from the countryside went to the cities, leaving the streets full of hungry people, or the report of the looting in the city of Parambu, also in 1970, where rural workers forced the door of a warehouse where foodstuffs that should be distributed during the public calamity situation were stored, but were not.

**Keywords -** Crateús. Liberation. Theology. Peasants. Religion.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC.



“A Diocese de Crateús é um dos principais lugares sociorreligiosos do Brasil” (LOWY, 1991, p. 23), é assim que Michael Lowy, um dos mais reconhecidos estudiosos da teologia da libertação, sua história e atualidade nomeia esse território no sertão cearense. E como era Crateús nesse período? Quem nos conta é o bispo Dom Antonio Fragoso, que morou em Crateús entre 1964 e 1988, em um relato publicado em 1973 pelo Boletim da Pastoral Operária:

[...] cidade de 23km. Não há asfalto, nenhuma indústria. A agricultura nos moldes do 2.000 a.c. produz para o povo comer 8 meses do ano. Consequência: evasão do povo para outras regiões. Sobretudo quem estudou se manda para outras terras. Evasão de Capital. Parece incrível que o Ceará ajuda outros estados. Funciona de maneira seguinte: tudo é mais caro em Crateús: gasolina, etc. No tempo de safra os preços são mais baixos e quem vem comprar paga menos nessa hora (ilegível) exige mais pelo que traz para a terra do Ceará. O salário mínimo é de 96 cruzeiros. O governo para “resolver” os problemas do povo organiza as frentes de trabalho. O operário ganha (ilegível) por dia e paga para dormir e deve comprar na barraca do chefe, etc. Volta para casa só de 15 em 15 dias com um salário de 2,50 por dia. Descontando os domingos que não trabalha, não ganha, porém paga para dormir. Assim foi solucionado o problema do povo. O povo conhece os candidatos a cargos políticos na hora das eleições, o que é um fator de alienação porque impede de o povo mesmo ser sujeito de sua história. A imagem de Deus vivo está sendo respeitada? Qual a resposta que a nossa fé deve dar a esta situação? Ou em outras palavras: como superar esta iniquidade? Há vários passos a fazer. Em primeiro lugar conscientizar o homem para que acredite em si mesmo como sujeito de sua própria história. Em segundo lugar: ajudá-lo a acreditar em sua comunidade; é muito importante que o homem tenha esta fé a partir de coisas pequenas que o ajudam a ter confiança em si. Por isso damos muita importância a micro-realizações, nas Cebds o homem é sujeito. Lá aprende a se organizar. Lá descobre a dimensão política das coisas. Lá ele enfrentará como homem livre o esquema da repressão. Qual o resultado do nosso trabalho? Pouco, se olhamos as realizações materiais. Muito se acreditamos que cada vez que um homem se descobre e se liberta está ajudando a libertação mundial<sup>2</sup>.

No relato, Fragoso pinta o retrato da vida do povo com quem convivia diariamente e nos dá uma amostra da conjuntura daquele período. A seca constante, a ausência do Estado de forma efetiva para que os camponeses e seus filhos possam continuar a viver no campo. Fugindo da fome se alarga o êxodo rural, multidões migram do campo para cidade entre os pobres, mas também entre os remediados que estudaram um pouco, quem não consegue vai ficando para trás, vai ficando no sertão sofrendo com os preços altos e a exploração do trabalho. Na época da safra quando o camponês tem um pouco a vender, os preços caem e poucos tostões ficam em seu bolso. Quando meses depois precisa comprar mais um saco de farinha ou feijão os preços já não são possíveis. Sobre a estiagem, eram comuns na região comentários como “a seca veio porque a gente mereceu” ou condicionando a existência da seca a vontade de Deus<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Órgão\Boletim Pastoral Operária.

<sup>3</sup> Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Documento sobre a Declaração dos Direitos Humanos versão popular, elaborada por Dom Fragoso.





Por ocasião da seca, a fome e o desemprego apertam demais. A exploração aumenta. Nesse tempo, o êxodo é enorme. Em 1972, saíram de nossa cidade, em busca de trabalho, uma média de 6 mil pessoas. A maioria não tem casa própria. Mora na terra dos outros, ficando sujeitos as suas exigências. Não recebem dos Poderes Públicos nenhuma ajuda para agricultura. Trabalham só com a enxada, foice e roçadeira. Instrumentos esses, muitas vezes, emprestados<sup>4</sup>.

O jornal O Roceiro relata que na seca de 1970 o povo do campo foi para as cidades deixando as ruas cheias de pessoas famintas. Mesmo entre as casas da periferia de Crateús era comum crianças ainda muito pequenas morrerem de fome. Inicialmente as autoridades e alguns comerciantes distribuíram um pouco de comida, o que não resolveu a situação nem a curto prazo, pois a comida acabava e o povo voltava às ruas com fome e exigindo alguma ação do governo. Em maio de 1970 ficaram quase uma semana pelas ruas da cidade de Crateús. Em junho, se deu a instalação das Frentes de Emergência que pagavam um salário miserável, mas impedia mais mortes por fome. Naquele período, o principal trabalho era abrir estradas. Os que se alistavam e eram selecionados passavam a semana no local de trabalho, alguns se deslocavam com as famílias formando grandes agrupamentos próximos as obras de pessoas mal alimentadas e vivendo em situação de má alojamento e pouco cuidado sanitário. A proliferação de doenças era comum, gerando muitas mortes, sobretudo de crianças que eram mais frágeis. Situação retratada em larga medida em canções e folhetos de cordel. Ainda recolhido do jornal O Roceiro temos o relato e apontamentos sobre outra grande seca que assolou a região no período de 1979 a 1984:

A maior seca de nossa história foi de 1979/84. Um tempo de muito sofrimento: fome, sede, humilhação... Foi também, um período de muita luta, conquistas, solidariedade... Uma “escola” onde muitos aprendemos.

Alguns dados da realidade:

- a) Em todas as cidades aconteceram grandes manifestações, reclamando mais frentes de trabalho e que mulheres e jovens fossem alistados. Reivindicavam melhores condições de trabalho, assistência à saúde, transporte gratuito para os que trabalhavam longe, água para beber e em potes, que trabalhos fossem feitos em benefício das próprias comunidades, para todos.
- b) Em toda região de Crateús foram alistadas 17 mil pessoas. Muita gente sobrou. As obras, em geral, eram em grandes propriedades. Houve feitor, ponto e empreitada. Muitos trabalhavam sob a fiscalização do exército, as ordens do feitor, bebendo água suja e quente e um tanque de cimento e com muita fome.
- c) O salário era metade do salário mínimo legal. O pagamento, muitas vezes, era feito em gêneros, de má qualidade. O “cestão” era uma grande humilhação, pois as condições para recebê-lo eram terríveis. Muita gente dava agonia nas filas. Em geral, os trabalhadores eram tratados com muita grosseria.
- d) Muita corrupção: alistavam gente que não precisava comerciantes, proprietários... trabalhadores fantasmas. Os dias descontados por ausência dos trabalhadores iam para o

<sup>4</sup> Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Documento sobre a Declaração dos Direitos Humanos versão popular, elaborada por Dom Fragoso.



bolso dos militares. O pagamento era feito com atraso, o dinheiro ficava no banco. Nas bodegas: compravam fiado mas só sabiam o preço das mercadorias no dia de pagar. Campanhas foram feitas na TV... mas aqui, nada chegava!<sup>5</sup>

Do relato de Frago e dos excertos de outros documentos aqui analisados nos chama atenção suas descrições das Frentes de Trabalho, também chamadas de Frentes de Emergência, quando a seca se prolonga são usadas pelo governo não como uma política de assistência social, mas sim como um mecanismo que ajuda a conter a revolta popular expressada, sobretudo, nos saques. Importante lembrarmos que os saques, assim como ameaças, invasões, reuniões já eram elementos da cultura política dos camponeses no sertão e utilizados como formas de lutas políticas em um contexto limitado pela seca. Imersos em pequenos ou grandes deslocamentos os retirantes acionavam o saques talvez como último recurso a sobrevivência, já que o mesmo transgredia valores morais tradicionais, mas ao mesmo tempo a ação direta expande seus horizontes de negociação política com o Estado e os latifundiários como possibilidade concreta de ação popular. Frederico de Castro Neves afirma que uma cultura tradicional de rebeldia se estabelece entre os camponeses do semiárido alterando as bases de negociação política e as formas de organização do trabalho na região. De acordo com Neves: “a crise em suas formas mais agudas – a seca, a escassez, a fome – autoriza uma quebra deste pacto paternalista quando a proteção não é suficiente” (NEVES, 2000, p. 56).

Encontramos um relato no Jornal O Roceiro<sup>6</sup> de saques na cidade de Parambu por ocasião da seca dos anos 1970 onde os trabalhadores rurais forçaram a porta de um Armazém onde eram guardados gêneros alimentícios que deveriam ser distribuídos na situação de calamidade pública e não eram. Também anota-se que comerciantes abastados se aproveitaram da situação para se apropriarem de uma grande quantidade de comida do Armazém saqueado. A polícia prendeu sete homens, todos camponeses pobres que não tinham nada para si a não ser seus braços. Eles foram expulsos da cidade e expostos como ladrões. Na ocasião, o Padre José Pêdandula que se encontrava na Paróquia de Tauá visitou os presos antes da expulsão da cidade e criticou publicamente o prefeito do município pela não distribuição dos alimentos.

Também encontramos registros de saques e ameaças (quando as autoridades conseguiam fazer distribuição de alimentos e retardavam os saques) nas cidades de Crateús, Independência, Novo Oriente e Nova Russas. Em Novo Oriente a cidade foi ocupada pelos camponeses que

<sup>5</sup> Roceiro especial dos 50 anos - Diocese de Crateús – 50 anos de caminhada 1964-2014.

<sup>6</sup> O Roceiro - Diocese de Crateús – Maio/Junho 1998 – Ano 15



saquearam os gêneros alimentícios guardados no Armazéns da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazen). Além de saques havia manifestações em vários municípios da região, geralmente organizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou mesmo grupos de jovens ou de mulheres. Em alguns casos os protestos juntavam mais de 1000 pessoas e reivindicavam comida, terra e trabalho. Também os documentos eram elaborados no processo de reivindicação dirigidos, principalmente as várias esferas de governos. Mesmo uma greve foi registrada em 1983 em uma das Frentes de Trabalho, o Bolsão Santa Fé, em Crateús como forma de protesto ao atraso no pagamento dos trabalhadores e a situação de fome a que estavam submetidos. Foi no Bolsão de Santa Fé que trabalhou o Padre Alfredinho, suíço que viveu por longo tempo em diferentes paróquias da diocese de Crateús.

Em 1989, durante uma greve na cidade de Tauá, 150 camponeses esfomeados também entraram no Armazém da Cibrazen e de lá retiraram alimentos. A resposta da polícia foi apelar para violência física, tiros, perseguições e a prisão de cinco pessoas que haviam empreendido o saque, entre elas uma mulher grávida de cinco meses e outra em período de amamentação. No dia seguinte, 16 de março, o delegado sindical Vicente Cavalcante Holanda, também de Tauá, foi assassinado na frente de seu filho, uma criança. Vicente era da comunidade Marruás, a mesma de onde vieram os trabalhadores que saquearam a Cibrazen. O assassinato aconteceu na véspera da eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá<sup>7</sup>.

Sobre esse contexto, Fragoso escreve a Hildegard em 19 de maio de 1983<sup>8</sup> avisando que a seca está definitivamente instalada na região, as cacimbas, açudes e reservatórios já contam com pouca água. O governo criou um milhão de postos precarizados de trabalho nas Frentes de Emergência para uma demanda de 20 milhões de pessoas atingidas pela seca pagando a metade do salário mínimo. Contava que os esforços da diocese estavam em reunir o povo nas comunidades para refletir sobre a situação e organizar as reivindicações sempre junto aos sindicatos e movimentos populares. As reivindicações incluíam trabalho para todos os adultos, salários melhores e abastecimento de água a preços populares.

Em um carta no ano seguinte de 1984, Fragoso relata também a Hildegard que mesmo sendo uma ano de chuvas, os camponeses continuam sofrendo pois não tinham sementes para plantar e muitas famílias não conseguiam aproveitar as chuvas, o que acentua sua dependência do governo.

<sup>7</sup> FONTES, Ir. Cleide. Rastros agrários: da terra o brotar da cidadania. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.

<sup>8</sup> Acervo pessoal Maurício Cremaschi.

Além do alto preço dos alimentos – a luta contra a carestia se incorporava como bandeira popular e era incentivada pela diocese.

A seca e a estrutura social sustentada por ela era posta em xeque nas várias formas de protestos que contamos aqui, alguns característicos, outros antecipando as formas de luta que estavam ainda por chegar como uma constante. A luta e a criatividade do povo se equilibrava naquele tempo em que forjavam outra realidade que deriva de longos processos sociais, intensificados em momentos determinados e “avesso ao conhecimento, o tempo real renega a história, que tem o seu próprio tempo, além do calendário ou do relógio, pautado por acelerações, retardamentos, aparentes repetições de percursos similares, evidenciados, nas características mutantes dos regimes de historicidade” (GODINHO, 2017, p. 34).

As cercas, o latifúndio, a falta de compromisso do governo, a fome e as migrações que eram destampadas com a chegada da estiagem também viram ponto de reflexão nas atividades nas Igrejas e comunidades, como eram também celebradas as conquistas, apoiadas as reivindicações e também fomentando formas de protestos que foram historicamente desenvolvidas pelas igrejas, como o jejum.

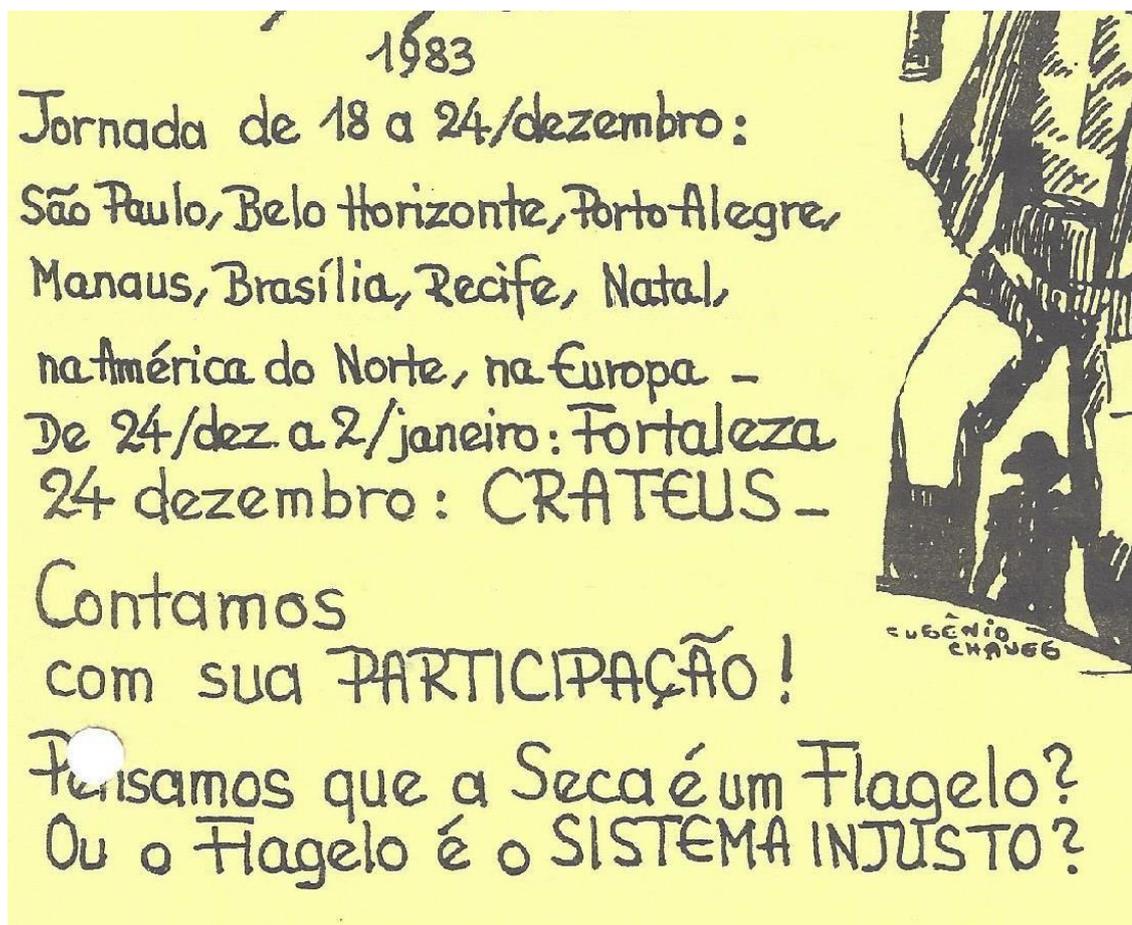
Em 1981, no mês de agosto, padre Alfredinho fez um jejum de nove dias, na Igreja de São Francisco, que não foi escolhida à toa, trazendo à tona o simbolismo do seu santo padroeiro e sua opção pela pobreza. No período do jejum a Igreja de São Francisco também funcionou como lugar de acolhimento dos camponeses que vinham do interior para cidade em busca de alimentos, ficando conhecida no período como Igreja de São Francisco dos Flagelados. O jejum como gesto evocava a necessidade de penitência tão propagada pela Igreja católica. O padre convidava os fiéis a “repartirem a fome” e oferecer seus alimentos a quem sofria com a fome derivada da seca a muitos meses. O jejum nessa realidade também é uma forma de protesto.

Em 1983 vários religiosos e leigos realizaram um jejum de três dias chamando atenção para o sofrimento e miséria sofridos por muitas famílias sertanejas. Essa ação foi nomeada como “Jejum Internacional de Solidariedade às Vítimas da Injustiça no Nordeste e de Apoio a suas reivindicações no Natal de 1983 Jornada de 18 a 24 de dezembro”<sup>9</sup>. Além de Crateús, a Jornada aconteceu em Igrejas de Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Manaus, Brasília, Recife, Natal, além de cidades da América do Norte e Europa.

A Jornada acontecia nas vésperas do Natal de 1983 e o texto escrito pelo grupo organizador do protesto para o panfleto de divulgação que circulou pelas cidades onde aconteceriam os jejuns de

<sup>9</sup> Panfleto da Campanha, publicado em dezembro de 1983. Arquivo Sian.

solidariedade conclamava que os fiéis, sobretudo aqueles que viviam nas cidades gastassem menos nas festas de fim de ano e destinasse o que fosse possível economizar para as famílias sertanejas que sofriam com a seca.



Capa do Panfleto de divulgação

A partir dali começaram uma Campanha chamada Porta Aberta aos Famintos (PAF). A Campanha estimulava várias famílias que residiam nas cidades a pregar na porta de suas casas um cartaz verde com as letras – PAF. Ali os que vinham à cidade com fome sabiam que podiam ser acolhidos com comida nessas casas. A situação no ano de 1983 era trágica. Era o quinto ano seguido de uma intensa estiagem. A Igreja calculava que 20 milhões de pessoas eram atingidas e empobreciam ao longo dos anos pelo efeito perverso da falta de políticas de convivência com a seca. No período se aprofundou a miséria nos sertões nordestinos levando à fome, desnutrição e morte, sobretudo de crianças que, por vezes, não tinham ainda registro e não ganhavam atestado de óbito,

não sendo contabilizadas entre os mortos. No município de Iraporanga, por falta de alimentação adequada, uma cegueira noturna acometeu parte da população:

Outro fato, que não esquecer, nestes cinco anos que a seca assolou nossos sertões nordestinos, na comunidade Cajá dos Quadros, município de Iraporanga, grande parte dos seus integrantes, independente da idade, ao entardecer, começava a ficar sem enxergar. Característica própria da “cegueira noturna”. O que fizemos para superar a falta de vitamina A? A catequista Eliza Elza Rodrigues Cavalcante Melo, conhecida por Elza fazia a distribuição de casa em casa, da multi-mistura oferecida por nós, da Equipe Paroquial. Então, ela fez isso, durante meses, alimentando aquela gente desnutrida, até à recuperação total da visão (FONTES, 2014, p. 104).

Na cidade de Nova Russas, durante a seca de 1983, formavam-se filas que duravam dias seguidos em frente à sede do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição na espera da distribuição de alimentos. Os camponeses denunciavam que quando os caminhões chegavam a sede do município já haviam deixado nas fazendas os melhores itens como charque, sardinha, leite e óleo. Para os pobres sobravam arroz em casca, feijão duro, farinha e rapadura de qualidade ruim<sup>10</sup>.

Em 4 de novembro de 1983, a diocese torna público o documento “Irmãos na Caminhada”<sup>11</sup>, no tópico “procurando comida” narra a revolta de camponeses em Nova Russas durante uma manifestação que chegou a juntar mais de 1500 pessoas que pediam por comida e não foram atendidas. Ao serem ignoradas, a multidão vai em direção aos Armazéns de Luís Ferreira Carvalho e do Francisco Carvalho da Silva, os dois vereadores do PDS e de lá levaram alimentos para suas famílias. O documento sugere que os cristão lembrem de três trechos da bíblia antes de condenar o saque aos Armazéns, são eles: “O pão de cada dia nos dá hoje”, “Eu tive fome e tu me deste de comer” e “Felizes os que são perseguidos por causa da justiça”.

Ainda em novembro do mesmo ano, uma carta aberta é redigida e encaminhada a mais de uma dezena de destinatários dos governos municipais, estadual e federal. A carta é assinada por camponeses e integrantes das CEBs e CPT da diocese de Crateús. Esta carta é a segunda para os mesmos destinatários e se remete a primeira enviada ainda em março:

Agora fazemos um balanço da realidade vivida neste duro ano de seca e injustiças, das poucas respostas vindas das autoridades, ao mesmo tempo em que reafirmamos e renovamos nossas denúncias e reivindicações. De modo geral nos municípios da região de Crateús, o número de empregados dos Bolsões da Seca, subiu, inclusive com significativo

<sup>10</sup> FONTES, Ir. Cleide. Rastros agrários: da terra o brotar da cidadania. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.

<sup>11</sup> Documento Irmãos na Caminhada in FONTES, Ir. Cleide. Rastros agrários: da terra o brotar da cidadania. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.



número de mulheres, que às custas de muitas lutas e humilhações, conseguiram entrar no Plano de Emergência. Em Crateús são mais de 4 mil mulheres empregadas; em Nova Russas, cerca de 3 mil, etc. Mesmo assim ainda há um grande número de pessoas necessitadas em todos os lugares que não conseguiram se empregar<sup>12</sup>.

O alistamento das mulheres era uma pauta defendida desde a primeira missiva e que se concretiza parcialmente ao longo do ano, no entanto também relatam as muitas humilhações e o tratamento ainda pior dado a elas nas obras, casos de abortos após intenso esforço físico nas obras são relatados nas cidades de Crateús e Tauá. A carta também denuncia a morosidade e as humilhações sofridas no cadastramento dos camponeses para as obras, fazendo com que muitos desistam e optem pela migração para as cidades como forma de sobrevivência, “os trabalhadores em muitos lugares, tem recebido humilhações. Somos chamados de ‘sem-vergonha’, ‘vagabundos’, ladrões”.<sup>13</sup>

Nos Bolsões não havia liberdade de organização para os trabalhadores. Integrantes das Comunidades de Base que tentavam organizar as reivindicações, muitas vezes eram dispensados. Missas eram proibidas de serem realizadas nas áreas dos Bolsões. Sem poder reclamar os camponeses trabalhavam com fome e doentes. Mesmo diante da situação degradante, o trabalho nas obras era a chance de sobrevivência para milhares de famílias sertanejas por isso, na carta de novembro de 1983 continuavam reivindicando que o alistamento para o trabalho alcançasse mais pessoas que fosse respeitado pagamento de um salário mínimo para todos os alistados.

Na lista de reivindicações também contavam a liberação dos trabalhadores para cuidarem do plantio sem cortes no salário, o fornecimento gratuito de sementes para o plantio que deveriam ser entregues com base no quadro de associados dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que as obras públicas que os trabalhadores estavam construindo pudessem ser usadas por eles e não apenas pelos latifundiários e, por fim, um tratamento –humano – a todos os trabalhadores alistados, sejam homens, mulheres ou jovens.

A carta datada de 27 de novembro de 1983 era assinada por 60 trabalhadores dos municípios de Tauá, Parambu, Independência, Crateús, Novo Oriente, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipueiras e Poranga. Além dos trabalhadores também firmaram o documento a CPT diocesana e a CPT Regional NE 1 que abrangia todas as dioceses cearenses, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Crateús e Tauá, a Frente Social Cristã, União das Mulheres Cearenses, Pastoral Familiar da diocese de Crateús e subscrita pelo bispo, Antônio Batista Fragoso.

<sup>12</sup> Carta aberta às autoridades. Novembro de 1983. Arquivo do SIAN.

<sup>13</sup> Carta aberta às autoridades. Novembro de 1983. Arquivo do SIAN.



Também em 1983 foi editado pela Comissão Pastoral da Terra em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisa e Assessoria Comunitária e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) o livro “O Genocídio do Nordeste” que contabilizou os que foram mortos por fome, doença e pobreza em decorrência da seca nos cinco anos em que o sertão agonizou entre 1979 e 1983. Só no município de Nova Russas foram 100 mortos. O documento foi coordenado por Herbert de Souza, o Betinho. A publicação conseguiu identificar e relacionar cinco mil pessoas mortas em todos os estados nordestinos, registrando seus nomes no livro. A publicação também apontava, que em 1983 haviam 16.200.000 nordestinos em situação de miséria extrema. A religiosa Cleide Fontes que atuou por anos em vários municípios da diocese de Crateús narra o que viu nesse período, da fome à repressão:

Vi o caso de famílias de 11 pessoas com apenas 3 sobreviventes. Vi famílias que se alimentavam de calangos assados. Vi intimações, prisões e processos de companheiros. Vi trabalhadores alistados nas frentes de serviço receberem o miserável salário de Cr\$ 15.300,00, do qual se descontava ainda Cr\$ 4.950,00 cruzeiros, menos de um terço do salário mínimo da época. (...) Vi maltrato de trabalhadores nas frentes de Emergência, relatados em carta aberta ao povo e às entidades. (...) Vi mães que deram à luz e abortaram nas frentes de emergência. Vi homens que morreram de fome no caminho do trabalho. Vi mães que açoitavam os seus filhos menores, de tão aperreadas por não terem alimentos para dar às crianças que choravam o dia todo. Vi jovens e adultos com cegueira noturna durante dias e meses. (...) Apesar desta vida miserável, o povo insistiu com coragem nas ruas, nas repartições municipais, exigindo emprego e comida. Quando as autoridades não o recebiam, procuravam armazéns e mercados, lançava mão daquilo a que tinham direito. Muitos resistiam à morte através desse atos dos gestos de solidariedade e partilha fraterna de muitos irmãos (FONTES, 2014, p. 121).

O Livro de Tombo da paróquia de Parambu de 1983 afirma que a população está em situação de extrema miséria, as crianças pedem esmolas na rua, algo nunca visto antes naquele município. Os camponeses e os pobres da cidade se endividavam nas bodegas tentando fugir da fome e se fazendo escravos das dívidas e ameaças. A situação de Parambu não era uma exceção naquela região castigada pela estiagem.

No mesmo Livro de Tombo localizamos o relato do enterro de um trabalhador das Frentes de Emergência, que morreu em serviço. Ele tinha 43 anos, estava alistado no Bolsão de Acarape e morreu voltando à obra após o almoço. Seus companheiros de trabalho afirmaram que ele já estava doente e mesmo assim passou a manhã inteira no trabalho pesado, puxando água da cacimba para aguar a parede do açude e que o feitor não o dispensou do trabalho árduo mesmo reclamando da



doença. No velório os mesmos companheiros de labuta decidiram que o corpo do “cassaco<sup>14</sup>” também deveria ser velado no barracão da obra e seguiram os trabalhadores carregando o caixão até lá em um ato simbólico responsabilizando o trabalho exaustivo, o feitor, o dono do açude e o governo pela morte de um deles.

Longe de casa e da família, para ganhar pouco os camponeses trabalham em obras públicas, muitas delas localizadas em propriedades privadas, sem condições dignas de trabalho, higiene ou alimentação. Mas ali, na convivência cotidiana compartilham vivências comuns, as lembranças, o pão e a cachaça, estabelecem um conhecimento mútuo compartilhando a miséria e a solidariedade em meio ao trabalho duro. Qual a resposta que a fé pode dar a essa situação é a pergunta motivadora da ação da Igreja de Crateús. Em sua resposta a palavra é organização.

Em um documento de 1973, camponeses reclamam que receberam no encerramento das Frentes de Emergência daquele ano, menos do que o estabelecido por lei e que houve protestos, por conta disso. Além das denúncias em torno do trabalho duro e desigual nas Frentes, a diocese denunciava também que na época da seca muitas pessoas eram vendidas “quase” como escravas.

Em junho de 1992, em mais uma carta endereçada a Hidelgard, Fragoso relata e agradece o recebimento de uma doação em dinheiro para os atingidos pela terrível seca daquele ano. Também conta que outras pessoas fizeram doações e como o dinheiro foi gasto: criando um fundo de projetos alternativos. A escolha para criação do fundo, segundo Fragoso, tinha o objetivo de evitar o assistencialismo e naquele ano ia subsidiar 70 microprojetos, que atingiam cerca de 500 famílias nas áreas de produção artesanal, criação de animais, hortas comunitárias, pequenas obras etc. Além da criação do fundo a diocese também estimulava as reivindicações populares por trabalho e por água, incidindo para deixar público a máxima já conhecida de que o problema do nordeste não eram as secas periódicas e sim as cercas que controlavam terra, água e os recursos naturais. A seca já encontra a miséria no nordeste aprofunda essa realidade e só a organização popular teria força para mudar essa história. O ano de 1992 marca a consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil, para Godinho, recorrendo a Foucault e Scott:

Com o agravamento das condições de vida resultantes do neoliberalismo, com formatos diferenciados em contextos distintos, os seres humanos agiram sobre o real de três maneiras. Em primeiro lugar, através das “lutas imediatas”, em paráfrase de Michael Foucault, enquadram os formatos da resistência – cotidiana ou esporádica – que permitem viver evitando danos maiores. Em segundo lugar, o formato da fuga, através de zonas de refúgio, com a subalternidade como uma impossível identidade. Em terceiro, através da ação coletiva, que assumiu formatos variados, reencontráveis em outros momentos da história. Esses momentos, associados a um épico destacado, merecem lugar de memória pelo caráter

<sup>14</sup> Forma pejorativa como eram conhecidos os trabalhadores das Frentes de Emergência.





marcante das vidas. Transportam consigo uma mudança profunda, ainda que possa posteriormente ter sido subsumida pelo movimento da história (GODINHO, 2017, p. 39).

Em reportagem sobre as Frentes de Emergência a Revista Veja de julho de 1970 apontava que durante visita do ditador Emílio Garrastazu Médici a Frente de Crateús, em 3 de junho, lá haviam 2500 homens, um mês depois, na data de publicação da Revista a Frente tinha 11 vezes esse número chegando a 27.500 pessoas trabalhando na construção de estradas, açudes e projetos de irrigação. Aqui lembramos a afirmação de Geneviève Bollème, “Não é o número que determina politicamente o povo, mas a maneira como ele se reúne” (BOLLÈME, 1988, p.34). O povo pode ser definido como a população que habita um lugar e este modo de habitação tem múltiplas formas de sociabilidade e convivência, no caso das Frentes de Emergência, o convívio em condições de miséria intensificadas pela seca e a luta individual e coletiva para fugir dela se revezam naquele espaço de trabalho que passava longe de garantir dignidade para os quase 30 mil homens e suas famílias.

Na reportagem citada acima, Raimundo Feitosa Sales, trabalhador da Frente de Crateús afirma: “sujeição de trabalhar o dia todo para ganhar dois cruzeiros e comprar mantimentos com esse dinheiro é o mesmo para quem não quer ver a família morrer de fome”<sup>15</sup>. Quando findavam as Frentes de Emergência, a solução encontrada por muitos desses homens era a migração para o sudeste brasileiro, em busca de trabalho. Sobre a migração de camponeses, Klaas Woortmann nos diz:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão de obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa ( Woortmann, 1990, p. 35 – 53).

Marilda Menezes situa como os migrantes buscavam prioritariamente pelos empregos nas indústrias em grandes metrópoles, como São Paulo, no entanto o destino profissional mais comum era a construção civil, que ávida consumia o vigor e a juventude de quem chegava, se “dessem sorte”, os canteiros de obras representavam um transitório antes de chegar a fábrica e a certeza de carteira assinada e direitos trabalhistas.

Os migrantes internos constituíram uma força de trabalho importante na formação da classe trabalhadora industrial e urbana. Suas trajetórias laborais e migratórias não são lineares, nem homogêneas; há uma diversidade de situações. Muitos se fixaram nas cidades e tiveram

<sup>15</sup> Jornal O Trecheiro, agosto de 2000.



uma trajetória como operários industriais ou outras atividades. Outros alternaram a experiência no trabalho urbano com retornos periódicos às áreas rurais, e outros, ainda, retornaram a seus municípios de origem após a aposentadoria (MENEZES, 2020, p. 95).

Ao chegar a fábrica ou mesmo na construção civil era exigida um outro tipo de socialização dos camponeses, cuja tradição era o trabalho familiar, precisavam aceitar as regras novas estabelecidas de controle do seu tempo, corpo e sociabilidade. Contudo eram com as redes familiares e de amizade que continuavam contando nos momentos de necessidade na nova vida, seja no acesso ao trabalho, moradia, nascimentos, doenças e mortes. Quase invariavelmente essas redes eram compostas por quem migrou antes e conseguiu se estabelecer no destino e vão ajudando a conectar pessoas, seja no compartilhamento da culinária típica, de objetos trazidos do sertão ou na socialização das lembranças e das ausências sentidas por cada um. Assim, vão constituindo também elos de novos pertencimentos.

Para enfrentar a insegurança e instabilidade do mercado de trabalho urbano, o migrante trava uma luta permanente para adquirir “*anos de casa*”. Muitas vezes, aceitam as condições de exploração e dominação do trabalho, representada na sujeição ao horário de trabalho, cumprimento das atividades segundo os critérios da hierarquia da empresa, obediência aos mandos e desmandos dos chefes (MENEZES, 2020, p. 100).

Para os que decidiam não migrar a organização sindical era um dos caminhos para lutar contra a exploração intensa dos trabalhadores do campo. também na diocese de Crateús, Dom Fragoso incentivava comum e publicamente a organização dos trabalhadores em sindicatos, dirige sua reflexão a necessidade de valorização daquela gente como uma gente que importa e pode mais quando se junta, quando forma uma comunidade onde os problemas são comuns e a busca de soluções também podem ser. A organização gira em torno de superar a situação de miséria concreta, pois se o povo for mantido na miséria terá mais dificuldade de se organizar, pensar e escrever sobre sua realidade, já se conseguirem juntos superarem as situações mais difíceis poderão também contar suas próprias histórias, exprimindo o que sentem e pensam. Na indagação de Bólleme (1988, p.36 : “como o povo se utiliza da língua para ser revolucionário ou fazer revolução com ela?”. Sobre a organização dos camponeses, Octávio Ianni (2009, p. 04). Afirma:

Em geral, no entanto, o movimento social camponês se torna um ingrediente básico, frequentemente decisivo, da revolução. O caráter das suas reivindicações econômicas, políticas, culturais, religiosas ou outras implica o questionamento da ordem social vigente. Não se interessa pelo dilema “povo sem história” ou “povo histórico”. Pouco se empenha na controvérsia sobre “movimento social” ou “partido político”. A sua prática social, como



um todo, compreendendo a luta pela preservação, conquista ou reconquista de suas condições de vida e trabalho, acaba por tornar-se um componente das lutas sociais que se desenvolvem no âmbito da sociedade.

Houve aposta e investimento da diocese de Crateús para que os camponeses formassem seus sindicatos e atuassem neles de forma independente. Uma equipe formada por leigos passou a ir nos municípios e comunidades apresentando a forma como funcionava um sindicato e o que era preciso para fundá-lo. Explicando que primeiro precisariam fundar uma Associação até que o Ministério do Trabalho o reconhecesse oficialmente como sindicato.

No campo da ação social, ao lado da Cáritas e da educação de base, nós demos uma importância grande à educação sindical. Sabíamos que o sindicalismo deve ter total autonomia. Os interessados, que são os diversos membros das categorias profissionais, devem ser independentes na busca de sua organização e na reivindicação de seus direitos de classe. (...) Os sindicatos rurais, nos bons tempos de 1964 e 1965, eram olhados com muita desconfiança. Na realidade da diocese havia preconceitos das classes médias contra o trabalho sindical. Vínhamos de um golpe militar, chamado revolução que criava dificuldades bastante sérias para o sindicalismo. Era natural que oferecêssemos um espaço de suplência para que os camponeses descobrissem as leis sindicais, a estrutura e a organização do sindicato (FRAGOSO, 1982, p. 27).

No campo da educação sindical, o caminho trilhado foi o de formar sindicatos que não funcionassem como extensão do Ministério do Trabalho, nem a intervenção do governo e dos patrões nas decisões dos trabalhadores. No processo de formação também fica nítido que não era da Igreja o papel de dirigir os sindicatos, como o foram em outros lugares e momentos da história.

Descobrimos que a leitura da realidade com dois olhos – olhar da fé, iluminado pela palavra de Deus e olhar sócio-analítico, unindo ciência e experiência – nos revela que a miséria não só é causada pelos homens, mas que estes estão organizados em classe opressora. Contra a opressão organizada em classe, é necessária uma luta organizada dos oprimidos. (...) A nível de organização, para além das fronteiras das comunidades, é o sindicato. Ele une a categoria profissional dos trabalhadores rurais. (...) A CEB não conduz a luta sindical, não promove, não dirige a luta sindical. Não é a sua competência. Mas anima a consciência dos militantes sindicais, para que movidos por sua fé no interior do seu compromisso de classe, lutem com seus companheiros contra a opressão, na fidelidade ao Evangelho e ao povo do campo (FRAGOSO, 1982, p. 38).

Por essa postura não foram poucas as ameaças sofridas pelos leigos, padres e bispos. Os grandes proprietários de terras não aceitavam a criação de sindicato dos trabalhadores e nem o



envolvimento da Igreja com as causas dos mais pobres, em detrimento dos banquetes das fazendas. Rapidamente as elites foram percebendo que o projeto de sociedade da Igreja de Crateús era o seu e que isso geraria desgastes contínuos.

Ao jornal O Roceiro, o camponês Manuel Balbino conta da formação do sindicato rural em Crateús e destaca que antes, os trabalhadores rurais já participavam do MEB. Depois contando também com a participação do padre Irismar formaram um grupo para trabalhar em uma roça comunitária, a ideia era formar uma cooperativa, mas com a chegada de Paulette Ripert em 1964, uma francesa, com experiência na organização de sindicatos na Europa, que havia sido militante por 10 anos da Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos (CFTC), e contribuir com a criação dos sindicatos a convite da diocese, Manuel e seus companheiros resolveram fundar um sindicato.

Manuel foi um dos primeiros delegados sindicais e junto com outros começaram o convencimento para que todos que trabalhassem no meio rural fossem sindicalizados e denunciassem, por exemplo, as cobranças abusivas de renda da terra. Manuel conta que desde a fundação o sindicato teve o apoio de Dom Frágoso. Manuel também teve que lidar com as ameaças da repressão, após uma Assembleia em que fez um discurso inflamado, a polícia chegou para prendê-lo por subversão. A Assembleia era acompanhada por cerca de 300 trabalhadores que disseram a Polícia que se Manuel fosse preso, teriam que prendê-los também. Mas, poucos dias depois a Polícia voltou e prendeu Manuel sozinho, ele sofreu um dia e uma noite inteira de tortura e a principal pergunta era sobre as possíveis atividades ilegais de Dom Frágoso<sup>16</sup>.

Paulette contribuiu para a criação de muitos sindicatos da região, entre eles, os de Ipueiras e Nova Russas, nesta última as reuniões de organização começaram ainda no ano de 1968, em meio ao medo dos militares e em 26 de julho de 1969 foi fundado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Russas em uma assembleia com cerca de 100 trabalhadores, entre eles Francisco Franciné da Costa que havia assistido uma palestra com Paulette no município de Crateús. Com esse trabalho de apoio e educação sindical foram fundados sindicatos em cinco, dos municípios da diocese. A criação e consolidação desses sindicatos exigiu dos camponeses que se tornariam dirigentes sindicais disciplina para o trabalho e para o estudo, tendo que lutar contra “a reação cultural óbvia a uma cultura letrada manipulativa, de dominação de classe, é a do antiintelectualismo: seja ela militante ou rancorosamente intolerante ou ainda ingênua, presunçosa e sentimental” (THOMPSON, 2002, p. 38). Esses camponeses mostravam, na prática, que a cultura letrada não estava isolada e também pertencia ao povo

---

<sup>16</sup> Roceiro especial dos 50 anos - Diocese de Crateús – 50 anos de caminhada 1964-2014

## Considerações finais

As ruas cheias de pessoas famintas retratadas em impresso e ondas radiofônicas. Dos relatos e excertos aqui analisados chama atenção as descrições das Frentes de Trabalho, também chamadas de Frentes de Emergência, quando a seca se prolonga são usadas pelo governo não como uma política de assistência social, mas sim como um mecanismo que ajuda a conter a revolta popular expressada, sobretudo, nos saques.

No artigo apresentamos exemplos de manifestações populares como os saques usadas como forma de repúdio e sobrevivência ao estado de penúria causada, sobretudo pelo Estado que escolhia lidar com a seca como fenômeno climático e não político. Além dos saques, as greves de camponeses que trabalhavam em terras de proprietários também já aparecem como forma de manifestação comum no período.

Destacamos que aqui apresentamos partes de uma pesquisa ainda em desenvolvimento que resultará de um estudo de tese.

## Referências

### Fontes:

Carta aberta às autoridades. Novembro de 1983. Arquivo do SIAN.

FRAGOSO, Antonio Batista. O Rosto de uma Igreja. Edições Loyola, São Paulo, 1982

FONTES, Ir. Cleide. Rastros agrários: da terra o brotar da cidadania. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.

Jornal O Trecheiro, agosto de 2000

O Roceiro - Diocese de Crateús – Maio\Junho 1998 – Ano 15

Roceiro especial dos 50 anos - Diocese de Crateús – 50 anos de caminhada 1964-2014

### Bibliografia:

BOLLÈME, Geneviève. O povo por escrito. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1988.



GODINHO, Paula. O Futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis. Letra Livre: Lisboa, 2017

IANNI, Octávio. A Utopia Camponesa in Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOWY, Michel. Marxismo e a Teologia da Libertação. São Paulo: Cortez, 1991.

MENEZES, M. A de. Trabalho, família e migrações: uma relação afetiva e uma trajetória de pesquisa. Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo N°7 enero-junio 2020.

NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

THOMPSON, E.P. Os Românticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

WOORTMANN, K. (1990). Migração, família e campesinato. Revista Brasileira De Estudos De População, 7(1), 35–53.